Márcio Vinicius Reis

Orientador:
Prof. Dr. Carlos Alberto
Cerqueira Lemos

A "OBRA GETULIANA" ATRAVÉS DA *REVISTA DO SERVIÇO PÚBLICO*

Resumo

A *Revista do Serviço Público* (RSP) foi o veículo oficial de comunicação impressa entre o governo estadonovista (1937-1945) e o funcionalismo público, constituindo importante registro e propaganda da "Obra Getuliana", traduzida aqui pelos edifícios públicos federais. A análise desse periódico entre 1937 e 1945 permitiu-nos recompor o mosaico da produção arquitetônica oficial no período, bem como o "sistema" criado para coordená-la, imbuído dos princípios científicos de racionalização do trabalho, aplicados à administração pública. Pelo material levantado, especialmente a documentação sobre as obras e os certames expositivos, foi possível recuperar o pensamento, o discurso e as preocupações arquitetônicas oficiais, relativos à concreção de edifícios públicos modernos para os diferentes órgãos e serviços federais.

Palavras-chave

Revista do Serviço Público. "Obra Getuliana". Edifícios públicos. Estilo moderno norte-americano.

DOI: HTTP://DX.DOI.ORG/10.11606/ISSN.2317-2762.*v22i37p58-77*

LA "OBRA GETULIANA" ATRAVÉS DE LA *REVISTA DO SERVIÇO PÚBLICO*

THE "GETULIAN WORKS" THROUGH THE *CIVIL SERVICE MAGAZINE*

Resumen

La *Revista do Serviço Público* (RSP) fue el vehículo oficial de comunicación impresa entre el gobierno del Estado Nuevo (1937-1945) y los funcionarios públicos, constituyendo un importante registro y propaganda de la "Obra Getuliana", traducida aquí por los edificios públicos federales. El análisis de ese periódico, entre 1937 y 1945, nos ha permitido recomponer el mosaico de la producción arquitectónica oficial en el período, así como el "sistema" creado para coordinarla, imbuido de los principios científicos de racionalización del trabajo, aplicados a la administración pública. De las informaciones recopiladas, especialmente la documentación sobre las obras y los certámenes expositivos, fue posible recuperar el pensamiento, el discurso y las preocupaciones arquitectónicas oficiales relativas a la concreción de edificios públicos modernos para los diferentes órganos y servicios federales.

Palabras clave

Revista do Serviço Público. "Obra Getuliana". Edificios públicos. Estilo moderno norteamericano.

Abstract

The *Public Service Journal* (JSP) - or the Civil Service Magazine , as it was also known - was the official print communication medium between the *Estado Novo* – or New State – government (1937-1945) and the civil service. It represented an important means of recording and propagandizing *Getulian Works*, or, in other words, the achievements of the Getúlio Vargas government, which in this case refers to federal public buildings. By assessing the period between 1937 and 1945, we have been able to reconstruct the mosaic of official architectural production over that period and understand the system created to coordinate it, which employed scientific principles of work rationalization applied to the public service. By means of the material gathered, especially documents on the works and exhibits, we have gained an understanding of the official architectural mindset, discourse and concerns in relation to erecting modern public buildings destined to house the various federal services and bodies.

Keywords

Journal of Public Service, "Getulian Works", public building, modern, modern North American style.

Introdução

A análise da *Revista do Serviço Público* (RSP) entre 1937 e 1945, no registro da "Obra Getuliana", pareceu-nos oportuna por meio deste artigo, tendo em vista o esforço representado pelos trabalhos enfocando arquitetura e política no primeiro governo Vargas (1930/45).[1] Ao focalizarmos a RSP, intentamos evidenciar seu valor, enquanto fonte institucional de pesquisa para os trabalhos historiográficos sobre a arquitetura oficial desse período varguista, atentando-se para o fato de esta ser ainda pouco explorada pelos mesmos.[2]

Por sua vez, a análise do periódico permitiu-nos recompor parcialmente o mosaico da produção arquitetônica oficial naquele período, bem como o "sistema de obras" criado pós-1937 para coordená-la, imbuído dos princípios científicos de racionalização do trabalho, aplicados à administração pública. Pelo material levantado, especialmente a documentação sobre os edifícios públicos federais, foi possível recuperar também o pensamento, o discurso e as preocupações arquitetônicas oficiais, sobretudo aquelas relacionadas ao "moderno" na "arquitetura estatal".

Cabe esclarecermos que o termo "Obra Getuliana" aqui refere-se ao conjunto formado por tais edifícios, projetados para abrigaram as sedes dos ministérios e demais órgãos e serviços a eles subordinados.[3] Portanto trataremos aqui da arquitetura produzida pelo Estado, cujos projetos, em sua maioria, competiam aos escritórios técnicos das Divisões de Engenharia e Obras dos ministérios civis e militares,[4] ou resultaram dos concursos e contratações externas aos quadros.

Pelas matérias da RSP enfocando os edifícios públicos federais erigidos no antigo Distrito Federal, a partir de meados de 1930, buscamos trazer à baila alguns deles, como a Estação D. Pedro II (1936/40), o Ministério da Guerra (1938/41), o Entreposto da Pesca (1936/41), a Imprensa Nacional (1937/40) e a Alfândega do Rio de Janeiro (1939/41). Diferentemente dos pioneiros edifícios públicos da arquitetura brasileira do movimento moderno, eles de certa forma acabaram sendo preteridos pela historiografia arquitetônica. Entretanto são representativos de outros padrões de moderno na "Obra Getuliana", preponderantes mesmo, em relação àquele de matriz corbusiana.

A *Revista do Serviço Público* (1937-)

Inicialmente editada pelo Conselho Federal do Serviço Público Civil (CFSPC), órgão coordenador da administração pública, a RSP passou a ser de responsabilidade do Departamento Administrativo do Serviço Público (Dasp), criado em julho de 1938 para substituí-lo. Conforme explicitado no editorial do exemplar inaugural, lançado em novembro de 1937, a revista teria por finalidade:

> *[...] proporcionar aos funcionários públicos brasileiros, federais, estaduais e municipais, os meios de manter um nível cultural e intelectual correspondente às exigências da profissão que exercem; [...] pôr o funcionalismo ao corrente de tudo que se passa na marcha dos trabalhos do Conselho [...], e colaborar na obra animada pelo espírito novo, que surgiu com a Revolução de Outubro.*[5]

Enquanto periódico de instrução do funcionalismo acerca da nova ordem do regime estadonovista, a RSP se notabilizou pela linha editorial, abrangendo temas ligados à estruturação do Estado, com enfoque político, administrativo, econômico e jurídico. Ainda no rol de assuntos, encontrava-se a arquitetura oficial, tornada peça importante do projeto nacional-desenvolvimentista do governo Vargas para um "Brasil Novo", ao expressar, de forma concreta e simbólica, os avanços sociais e econômicos.

De tom jornalístico, as matérias da RSP sobre os edifícios da "Obra Getuliana" buscavam propalar o lado exemplar da arquitetura oficial para as iniciativas particulares e futuras, e, de quebra, louvar o mecenato estatal, centrado na figura de Getúlio. Também expuseram as preocupações arquitetônicas oficiais por detrás da concreção desses edifícios, sobretudo aquelas relacionadas ao moderno, evidenciando assim os discursos acerca do caráter da arquitetura oficial.

O discurso em prol da "boa arquitetura", a do movimento moderno, propalava os ditames da cartilha modernista e creditava a suas obras, como a sede do Ministério da Educação e Saúde (MES), a missão de apontar o rumo certo para a arquitetura brasileira. Já o discurso embasando outros padrões de moderno, como o "estilo moderno norte-americano", suplantava as veleidades estilísticas, para designar modernas as obras que prontamente solucionavam a problemática edilícia relacionada à "utilidade", "comodidade", "conforto" e "finalidade". Por sua vez, a tônica desse discurso era a que se encontrava disseminada nas matérias tratando dos edifícios da "Obra Getuliana", como os abaixo relacionados, exceto naquelas sobre a sede do MES.

Os edifícios de destaque, como as sedes dos ministérios e órgãos a eles subordinados, foram reportados individualmente, em matérias que primavam pela boa qualidade textual, contendo informações dignas de um bom memorial descritivo e ficha técnica de projeto. A outra parcela foi relacionada coletivamente, nas matérias sobre os programas governamentais de saúde e ensino, e nas reportagens sobre as quatro exposições oficiais realizadas entre 1938 e 1944, celebrando as atividades governamentais. A saber: Exposição do 30º aniversário do Ministério da Viação e Obras Públicas (1938), Exposição do Estado Novo (1938), Exposição do Ministério da Guerra (1941) e Exposição de Edifícios Públicos (1944).

Um primeiro balanço da "Obra Getuliana", tendo como referência o artigo da revista *Chão* (1978) e os trabalhos de Lauro Cavalcanti (1995; 2006) e Hugo Segawa (2006), revela a coexistência, no seu interior, de "arquiteturas antagônicas".[6] Certamente subsistiram, valendo-nos do exposto por Carlos Martins (1987), devido à posição do Estado pós-1930, tornado "*espaço privilegiado de luta entre diferentes projetos culturais*", já que era o "*elemento ativo na geração do campo cultural*" e "*árbitro decisivo*".[7]

Pelo averiguado nas matérias da RSP relativas à normativa da produção arquitetônica oficial, em certa medida, a diversidade estilística era estimulada pelas diretrizes arquitetônicas, ensejando edifícios em conformidade com os recursos materiais e saberes técnicos disponíveis localmente, e linguagem condizente com sua finalidade. Além do mais, a aprovação final dos projetos dos principais edifícios públicos era prerrogativa, desde 1939, do presidente

da República e do Dasp. Assim, entendemos que o caráter arquitetônico da "Obra Getuliana" foi sendo perfilado tanto por seus projetistas (engenheiros e arquitetos) e mandatários (autoridades), no que diz respeito à cultura arquitetônica e ao gosto, quanto pela sistematização a que foi submetida.

Os edifícios da "obra getuliana" na RSP

Em 1939, ao retornar de visita à nação norte-americana, realizada com delegação chefiada pelo ministro Oswaldo Aranha, o então presidente do Dasp, Luiz Simões Lopes, escrevia na RSP suas impressões acerca dos serviços públicos daquele país, aproveitando para comentar as novas instalações construídas no Distrito Federal.

> *Os Estados Unidos possuem, há 50 anos, o que nós apenas há três anos iniciamos, isto é, o controle dos serviços públicos, por uma entidade suprema e autônoma. Se a conseguimos agora foi porque o Governo está verdadeiramente empenhado em eliminar as causas e os efeitos de um serviço público ineficiente, para colocá-lo em correspondência com as necessidades ditadas pelo surto progressivo dos negócios administrativos.*
>
> *[...] Contudo, vamos seguindo o mesmo caminho.* ***Aos poucos são eliminadas as velhas repartições anti-higiênicas e acanhadas, pela construção de edifícios amplos e modernos destinados ao serviço público.*** *Já possuímos esses ambientes nos novos Ministérios do Trabalho, da Viação, da Marinha, e os possuiremos em breve, nos edifícios ainda em construção e de construção futura, destinados ao da Educação, Fazenda, Guerra, etc. e, ainda naqueles em que funcionam e deverão funcionar várias dependências subordinadas, como sejam a Imprensa Nacional, a Central do Brasil, o Entreposto de Pesca e inúmeras outras repartições da Agricultura.*[8]

Entre os edifícios reportados individualmente na RSP, encontravam-se as sedes ministeriais do Trabalho (1936/38), Educação e Saúde (1936/44), Fazenda (1938/43) e Guerra (1938/41). Já a sede da Justiça (não construída) foi sucintamente descrita, na matéria do jornalista Adalberto Mário Ribeiro sobre a Exposição de Edifícios Públicos. Dos edifícios dos órgãos subordinados aos ministérios (construídos no antigo Distrito Federal), estavam o Entreposto de Pesca (1936/41), a Alfândega (1939/41), a Imprensa Nacional (1937/40) e o Instituto Nacional de Tecnologia (criado em 1933). Da alçada do Ministério da Viação e Obras Públicas (MVOP), a Estação D. Pedro II (1936/40) e a Fábrica Nacional de Motores (1940/42-) e sua cidade industrial.

Já nas reportagens sobre os programas governamentais de combate à lepra e tuberculose, pelos distintos Serviço Nacional de Lepra (SNL) e Serviço Nacional de Tuberculose (SNT), do Ministério da Educação e Saúde (MES), eram relacionados alguns leprosários, preventórios, educandários, dispensários e sanatórios para tuberculosos. Em geral, as edificações desses programas encontravam-se situadas nas áreas rurais ou nos arrabaldes das cidades, e foram concebidas na linguagem neocolonial ou Art Déco, ou por outras nem tão claras assim, gozando todas elas de liberdades estilísticas. De qualquer forma, buscavam ser condizentes com a ideia de "construções regionais", prevista nas diretrizes arquitetônicas.

Também da alçada do MES, o ensino técnico e profissionalizante no país foi tema da matéria que relacionava os liceus e as novas escolas técnicas construídas nos estados pelo governo federal, enquanto outra falava isoladamente da Escola Técnica Nacional no Rio de Janeiro, inaugurada em 1942. Em relação ao ensino universitário, a Cidade Universitária do Brasil (CUB) foi reportada em várias matérias, que trataram da evolução dos trabalhos de seu projeto e construção. Pertencente a essa mesma universidade, a Faculdade Nacional de Filosofia, lotada em quatro andares alugados de um edifício Art Déco da Avenida Beira-Mar, foi noticiada na revista.[9]

Ainda na área de ensino, mas sob os auspícios do Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas (CNEPA) do Ministério da Agricultura, foi tema de extensa matéria, a Escola Nacional de Agronomia. A despeito da arquitetura desse ministério, a linguagem do neocolonial era tida como propícia ao caráter "rural" de suas construções e moldou, entre outras, a referida escola, o aeroporto e o hotel do Parque Nacional do Iguaçu, e a sede do Parque Nacional do Itatiaia.

Projetista dessas duas últimas obras e figura respeitada naquele ministério, o arquiteto Ângelo Murgel apresentava, na revista *Arquitetura e Urbanismo* (edição de setembro-outubro de 1939), seu recém-construído projeto para um instituto público de pesquisas agrícolas. Na matéria, intitulada *Arquitetura Rural*, o nobre arquiteto justificava o caráter "rural" dessa obra como o mais adequado à sua finalidade e condição antiurbana, tendo-se em conta, para tal, os recursos técnicos e materiais locais disponíveis. Assim, não hesitou em destacar o papel do governo no estabelecimento, "*pelos seus órgãos técnicos, [...] livres das preferências estilísticas pessoais dos detentores transitórios do poder*," e "*à luz dos modernos princípios*," do "*padrão arquitetônico rural brasileiro, em função do nosso homem, das suas necessidades e [...] possibilidades*."[10]

Em especial, é passível de ser-nos conhecido um pouco mais da produção arquitetônica dos distintos ministérios civis, lendo-se as matérias do jornalista Adalberto Mário Ribeiro sobre a Exposição de Edifícios Públicos. Dentre as obras (construídas ou não), relacionamos algumas empreendidas pelo Ministério da Justiça, como a própria sede do órgão (escolhida em concurso vencido pelo arquiteto Antônio Dias Carneiro) e a do Arquivo Nacional. Também algumas do sistema prisional e de assistência social, como o antigo presídio agrícola de Ilha Grande e o Instituto Profissional 15 de Novembro. Do Ministério do Trabalho, listamos os conjuntos residenciais de casas térreas ou assobradadas, construídas pelas Caixas de Aposentadoria e Pensões (CAPs) na cidade do Rio de Janeiro, São Paulo, Recife e Maceió.

A "BOA ARQUITETURA"

Na matéria de 1939 sobre a nova sede do MES, chama atenção a qualidade do texto, que, parecendo escrito ou instruído por um dos arquitetos da equipe do projeto, buscava legitimar seu genuíno expoente edilício por aqui e a arquitetura do movimento moderno. Era dito ainda que a própria história da

arquitetura fazia ver que, nos períodos fecundos das obras oficiais, cabiam a elas "*a iniciativa e o papel de pioneiras das orientações artísticas*", e, nos decadentes, a "*posição secundária*", seguindo a voga ao invés de guiar.[11]

Naquele cenário de "*renovação das atividades nacionais e de intenso trabalho remodelador*", seria necessário que "*se procurasse fixar com segurança o rumo a seguir, estabelecendo-se, de conformidade com as conclusões dos Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna, o padrão para as iniciativas futuras.*" Neste caso, o rumo à arquitetura do movimento moderno caberia ao MES, com a construção de sua nova sede. Não obstante, esse ministério agregaria "*mais uma finalidade dependente da natureza de seus próprios serviços*", a de "*procurar orientar o sentido de nossa arquitetura para caminhos largos e definidos.*"[12]

Mais que nunca, em decorrência da ideologia do regime estadonovista, o gesto público de concreção de obras oficiais era propalado como honraria de seu líder e exemplar para os caminhos da arquitetura brasileira. A exaltação à figura do estadista mecenas constava até do inimaginável, porém perspicaz, discurso de agradecimento de Capanema a Vargas, por ocasião da inauguração da sede do MES, em 3 de outubro de 1945. O ministro dizia ser "*raríssimo [...] que o chefe de Estado, além de protetor das artes [...], se transforme em* ***animador da renovação e da rebeldia****, num terreno em que o espírito acadêmico, em toda parte e em todos os tempos, possui o mais forte poder.*"[13]

Pelo visto, o MES assumiu a missão que lhe foi confiada, de norte para a arquitetura brasileira, já apresentando, na Exposição de Edifícios Públicos (1944), as maquetes do Liceu Industrial de Belo Horizonte, de Niemeyer, e o Hospital de Clínicas de Porto Alegre, de Jorge Moreira.

Numa abordagem sobre a aviação civil brasileira, foram reportadas na RSP a estação de hidroaviões (1937/38), de Attílio Correa Lima, e o aeroporto Santos Dumont (1937/44), de Marcelo e Milton Roberto. A respeito da estação, eram destacadas a "*estrutura independente*", acomodando com "*liberdade*" o programa, e a novidade representada pela "*fachada horizontal*", constituída pela cobertura - "*cuidada com o mesmo interesse*" que as demais.[14]

Os irmãos arquitetos tiveram ainda reportada a sede da Associação Brasileira de Imprensa (ABI, 1936/40), construída "*graças à cessão de um largo crédito*", conferido por Getúlio Vargas, em troca da "*cooperação*" da imprensa em seu "*programa de ressurgimento nacional.*" A matéria, seguida da perspectiva externa do edifício e das plantas de dois andares, apontava os muitos "*arrojos de concepção*", como as "*lajes plenas sem vigas aparentes*" e o contraventamento pelas paredes de concreto, inovador para a "*nossa técnica de construções.*"

> *Tirando partido das proporções, das repetições dos elementos e do jogo de luz e sombras, os inteligentes arquitetos conseguiram criar um novo elemento arquitetural, de inestimável valor, destinado a ser uma das características da Arquitetura Nacional, além de servir magnificamente à iluminação, aproveitando a luz direta que penetra pelo intervalo das placas, mais a que elas refletem.*[15]

Outros padrões do moderno na "obra getuliana"

Se já era clara a influência da administração pública norte-americana sobre a do regime estadonovista, o mesmo ocorria no plano arquitetônico, no edifício em altura. A reboque dessa tipologia, achava-se o pretenso "estilo moderno norte-americano", como era inicialmente designada nos EUA a variante do "estilo" aflorado na Exposição de 1925 em Paris - mais tarde rebatizado Art Déco - e que de lá se alastrou para o continente sul-americano. Em "*terras cariocas*", foi taxado de "p*seudomodernismo*", encontrando aí seus verdadeiros patronos, como nos informava Lúcio Costa, discorrendo sobre o arquiteto Alessandro Baldassini.[16] A esse profissional, juntou-se o arquiteto Mário Santos Maia, funcionário do Ministério do Trabalho e projetista de sua sede e de inúmeros edifícios de escritórios no Rio de Janeiro.

A arquitetura dos edifícios da "Obra Getuliana" não esteve imune à influência norte-americana também, e nem argentina, conforme revelado na matéria da RSP sobre o projeto secundário elaborado para a sede do Ministério da Fazenda (Fig. 1), em substituição ao de Wladmir Alves de Souza e Enéas Silva (vencedores do concurso de 1936).

> *[...] os grandes edifícios públicos e semi-públicos da América do Norte e da Argentina serviram de exemplo aos* ***modernos edifícios públicos nacionais****, não fugindo este, reconhecidas as vantagens iniludíveis dessa técnica, ao* ***estilo neoclássico****, aplicado ao tipo denominado* ***'arranha-céu'****, com um embasamento de granito ao natural das nossas pedreiras.*[17]

Certamente, o moderno de base norte-americana, sobretudo expressado pela linguagem do Art Déco, se fez mais sentido na concepção de boa parte dos edifícios públicos federais. Podem ser tomados como exemplos, além da sede

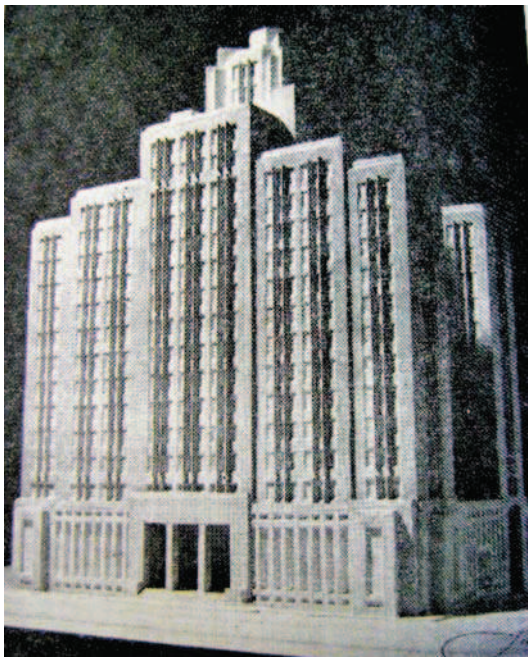

Figura 1: Maquete do projeto secundário (não construído) da sede do Ministério da Fazenda, de Aristides Figueiredo, em parceria com os arquitetos Rafael Galvão e Stélio de Morais.
Fonte: *Revista do Serviço Público*, jul. 1938, p. 126.

Figura 2: à esquerda, sede do Ministério do Trabalho (1936/38) – projetada por Mário Santos Maia – e, à direita, ainda em construção, a sede definitiva do Ministério da Fazenda (1938/43), do arquiteto Luís Eduardo Frias de Moura.
Fonte: CPDOC-FGV- Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Arquivo Gustavo Capanema – GC Foto721_66.

do Ministério do Trabalho[18] (Fig. 2), a do Ministério da Guerra (Fig. 3), da Estação D. Pedro II (Fig. 4), Alfândega do Rio de Janeiro (Fig. 5) e Imprensa Nacional (Fig. 6).

Na RSP, eram descritos como modernos os edifícios cujos projetos atendiam plenamente aos requisitos de "utilidade", "comodidade", "conforto" e "finalidade". Por outro lado, os novos usos e programas definidores dos projetos edilícios elaborados para as diferentes naturezas de serviços públicos, obrigaram a uma revisão da prática projetual e cultura arquitetônica de seus autores, fossem eles arquitetos ou engenheiros. Como informava a matéria da RSP sobre a nova sede do Ministério do Trabalho, nas modernas edificações da Esplanada do Castelo, tais requisitos estavam se tornando preponderantes "*sobre quaisquer outras cogitações que pudessem influir na composição dos projetos, inclusive mesmo as preocupações do belo e do senso estético.*"[19]

Ainda que os esquemas compositivos de matriz clássica tivessem sobrevida nesses projetos, adotavam-se soluções construtivas até então inovadoras, como a estrutura livre de concreto armado e vãos maiores, prevendo-se os novos arranjos espaciais internos. Outras inovações, como as lajes planas impermeabilizadas da cobertura, quase não vingavam, prevalecendo o velho e tradicional telhado cerâmico encerrado por platibanda de alvenaria. Resquícios de elementos passadistas ou "vanguardistas" eram comumente fundidos às linguagens modernizadas adotadas nos projetos dessas edificações.

O ministério da guerra

No ano inicial de sua construção, em 1938, a nova sede do Ministério da Guerra (Fig. 3) foi reportada pela matéria da RSP intitulada "O novo edifício do Quartel General do Exército". Visualizada externamente pelas fotos da maquete do projeto inicial, e internamente pela planta do pavimento térreo, a sede era apresentada como o resultado das preocupações das "autoridades militares", em se erigir um "edifício moderno".

> *[...], mais que qualquer descrição, mostra estrita obediência dos seus autores às leis do Belo, às regras da estética, servindo ao estilo norte-americano, indiscutivelmente o mais próprio para as grandes construções de caráter monumental, apresentando a majestade indispensável a um edifício público.*[20]

Assim, o "moderno" em questão adviria tanto da "*técnica da construção, orientada no sentido de aliar às preocupações de ordem estética as do interesse administrativo*", como da "*influência do chamado* ***estilo moderno norte-americano***". Já a "composição" do edifício seria "***monumental*** *sem repudiar o senso artístico – como acontece com o* ***utilitário*** *estilo chamado 'soviético', que alguns pretenderam firmar a título de concepção revolucionária da arte*".[21]

Após terem sido recusados os estudos elaborados por outros profissionais, a escolha recaiu sobre o paulista Christiano Stockler das Neves. Projetista da Vila dos Sargentos (1937), no subúrbio carioca de Deodoro, o arquiteto foi novamente convocado pelo general Manoel Rabello, então Diretor de Engenharia do Exército, para elaborar o projeto da nova sede ministerial (aprovado por Vargas e Eurico Gaspar Dutra, então Ministro da Guerra).

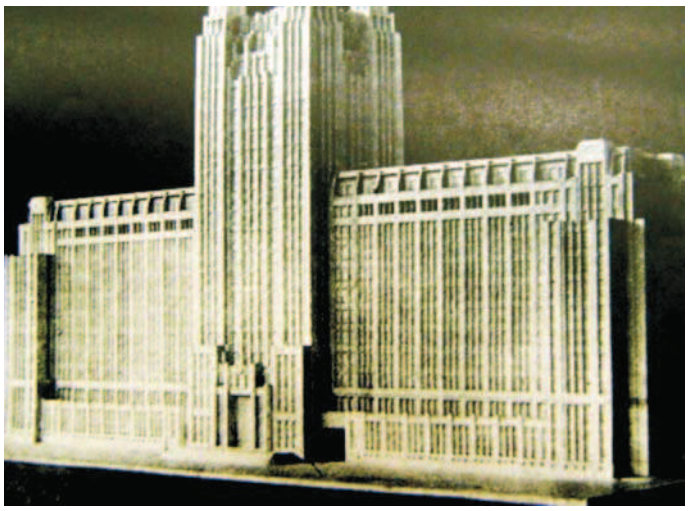

Figura 3: maquete da sede do Ministério da Guerra (de Christiano Stockler das Neves), vendo-se a ala frontal.
Fonte: *Revista do Serviço Público*, nov. 1938, p. 109.

Figura 4: vista da Estação D. Pedro II em construção, tendo à frente ainda a antiga Estação do Campo, demolida em 1940, após a conclusão das obras.
Fonte: *Revista do Serviço Público*, jul. - ago. 1939, p. 70.

Christiano, um ferrenho opositor da arquitetura do movimento moderno, preconizava que "*toda a concepção arquitetônica deveria traduzir e indicar a sua finalidade*".[22]

O terreno destinado à construção da nova sede seria o mesmo ocupado pelo antigo Quartel do Campo, nas imediações do Campo de Santana (atual Praça da República), englobando ainda os vinte metros do recuo frontal. Para a direção e fiscalização das obras, foi criada a Comissão Construtora do Novo Quartel General do Exército, encabeçada pelos engenheiros militares Major Raul de Albuquerque e Capitão Rubens Teixeira. O cálculo da estrutura de concreto armado ficou a cargo da Subseção de Cálculo da Diretoria de Engenharia do Exército.[23]

Inaugurado em 28 de agosto de 1941, na gestão do ministro Dutra, em pleno Estado Novo, e concomitante às obras de abertura da Avenida Presidente Vargas, a sede do Ministério da Guerra, com 86.000 m² de área, era o maior edifício público àquela época. Diferentemente do projeto inicial e respectiva maquete, decidiu-se preservar as alas laterais do antigo Quartel (uma voltada para a Praça Cristiano Ottoni, e a outra, para o Palácio Itamaraty) e demolir o restante, ficando a planta definitiva com a mesma conformação quadrada vazada por pátio central, da edificação existente.[24]

A nova ala construída, voltada para a Praça da República, configurava-se como um bloco horizontalizado de dez andares, elevado e interceptado, no eixo de simetria, pelo corpo central quadrado de vinte e três andares, escalonado em sua porção final e recortado em planta. No bloco, encontravam-se instaladas as Diretorias e Inspetorias, e a um lado o Salão Nobre, com pé-direito duplo e ornado por cinco vitrais com temas patrióticos, idealizados pelo artista Armando Viana. No térreo da nova ala posterior, voltada para a Rua Marcílio Dias, achavam-se as acomodações da Companhia de Guarda, constando de alojamentos, refeitório, cassino para oficiais e outras dependências.[25]

A estação D. Pedro II

Favorecidos pela própria monumentalidade e localização estratégica no antigo Distrito Federal, junto à recém-aberta Avenida Presidente Vargas, os edifícios do Ministério da Guerra e da Estação D. Pedro II assinalavam o encontro de "*duas escalas em tão forte contraste [...]: da velha cidade do Rio europeu e da cidade nova americana.*"[26]

Popularmente conhecida por Central do Brasil, a estação D. Pedro II, obra do Ministério da Viação e Obras Públicas (MVOP), foi projetada pelos arquitetos Roberto Magno de Carvalho, Geza Heller e Adalberto Szilard. Construída para substituir a antiga Estação do Campo, datando de novembro de 1936 o início das obras, e término no ano de 1940, foi erguida nas costas dessa estação, em terreno de duas esquinas.

A horizontalidade do edifício, determinada pelas três alas com sete pavimentos e dois níveis de subsolos margeando as ruas limítrofes, era fortemente contrastada pela torre quadrada de 21 andares e 135 metros de altura, emergindo da esquina formada pela Avenida Marechal Floriano com a Rua Bento Ribeiro. Escalonada em sua porção final, a torre, rematada próximo ao topo por quatro relógios de quase dez metros de diâmetro, abrigaria os serviços anexos às divisões de linha, tráfego, locomoção e eletrificação e, nos três últimos andares, as seções centrais de rádio e de telégrafo.

O "U" formado pelas três alas delimitam internamente o saguão de 4.063 m² de área coberta em abóbada única, destinado à circulação dos passageiros e localização das bilheterias e do acesso às treze plataformas de embarque e desembarque. Esse espaço contaria ainda com uma agência dos Correios e Telégrafos, da Caixa Econômica e outra de turismo, além das instalações sanitárias, cabines radiotelefônicas, guarda-volumes e dependências do até então Departamento Nacional de Propaganda (DNP). Já os seis andares das distintas alas seriam ocupados pelos departamentos comercial, de pessoal e do material, além da contadoria e de toda a administração da Estação Pedro II. No primeiro nível dos subsolos, localizava-se a garagem para sessenta veículos, e, no segundo, os arquivos, depósitos de materiais e outros serviços.[27]

Na concepção arquitetônica da Estação D. Pedro II, é possível abstrair a relação entre intenção plástica e finalidade do edifício, assinalada pela adoção de linhas aerodinâmicas como expressão de velocidade, sugerida pelo desenho do encontro de duas das alas com a torre e entre si, na esquina da Rua Senador Pompeu.

O entreposto da pesca

Fruto da legislação com a qual o governo Vargas organizou a pesca no país, o novo edifício do Entreposto da Pesca do Rio de Janeiro foi inaugurado por Getúlio, em 3 de outubro de 1941. Nos dizeres do político, o "*amparo aos setores mais desprotegidos da população*" e a defesa da economia das "*classes trabalhadoras*", visando o acesso a gêneros alimentícios de primeira necessidade, demandavam a criação de entrepostos que facilitassem o abastecimento e a "*fiscalização do poder público*". A iniciativa de construção dos novos edifícios para tal fim coube ao Ministério da Agricultura, já na gestão Fernando Costa,[28] que foi marcada pelas "*medidas de intensificação da policultura*" e valorização do ensino e pesquisas agrícolas.

Afeito ao neocolonial para suas construções de caráter "rural", o referido ministério elegeu, para o edifício urbano erguido junto ao cais da Praça XV de Novembro, outro padrão de moderno, mais sintonizado com as preocupações fachadísticas Art Déco. Com projeto do arquiteto Humberto Nabuco dos

Figura 5: maquete do Entreposto de Pesca, obra do Ministério da Agricultura projetada pelo arquiteto Humberto Nabuco dos Santos.
Fonte: *Revista do Serviço Público*, jan. 1939, p. 56.

Santos, da pasta da Agricultura, e cálculo estrutural do engenheiro Leopoldo Schimmelpfeng, o Entreposto teve sua construção iniciada em 1936 e chefiada pela comissão integrada por ambos os profissionais e mais dois outros funcionários. Os quase 3.500 m² de área construída encontravam-se distribuídos no partido em "L", que delimitava, pelo lado da baía, o atracadouro privativo para desembarque do pescado. O extenso programa foi acomodado nos dois blocos, localizando-se, no menor, mais baixo e hermético (perpendicular à baía), os setores de frigorificação e o maquinário para fabricação de gelo.[29]

Já o bloco maior, com aproximadamente 2.500 m² de área e seis andares, medindo 110,70 m x 21,50 m, e malha estrutural de 5,80 m x 7,0 m, concentrava no térreo as vendas a varejo e por atacado, e na sobreloja, os serviços de fiscalização sanitária e estatística da Diretoria de Caça e Pesca.[30] No primeiro andar, encontravam-se instalados os serviços de embalagem e o primeiro grupo de câmaras frigoríficas, enquanto no segundo, o Museu de Caça e Pesca, bem como a Policlínica Geral dos Pescadores.[31]

O terceiro andar acomodava ainda o restante da Diretoria, mais as seções industriais e de pesquisas e o salão de conferências, enquanto o quarto, o serviço de meteorologia, que passava a ser de responsabilidade da pasta da agricultura. No quinto e último andar, encontrava-se o restaurante, em que os vários aquários para conservação do pescado vivo contribuíam para a ornamentação do ambiente.[32]

Assim era saudada na RSP a nova sede do Entreposto da Pesca do Rio de Janeiro:

> *Uma visita ao novo entreposto proporciona impressões esplêndidas.* ***A imponência palacial da obra nada tem de supérfluo. A magnífica solução estética que deram apresenta felizes correspondências com as utilidades****. O novo Entreposto não é só expressão de inteligência, de determinação esclarecida a serviço do bem coletivo.* ***É também uma realização de bom gosto. Atendendo a um problema premente, não esquece as manifestações culturais da arte, no traçado e acabamento arquitetônico, nas decorações, etc.***
>
> *Cumpre salientar, pois, um acontecimento auspicioso para a arte. Agora,* ***os homens do Governo do Estado Novo solicitam a cooperação dos verdadeiros artistas, especialmente o de vanguarda como vem*** *de*

> *acontecer na execução do edifício do Ministério da Educação e Saúde, cujo "hall" está sendo decorado pelo pintor Cândido Portinari.*[33]

O artista em questão era o jovem escultor Armando Schnoor, que, aos 25 anos de idade, "*realizaria seu primeiro trabalho de vulto [...] justamente para o pórtico*" desse edifício. A matéria da RSP comparava a obra de Schnoor à do francês Jeauniot, ressaltando que "*toda a sequência de atitudes dos pescadores na faina da pesca forma uma composição equilibrada, que revela plenamente a personalidade invulgar do artista*". Esclarecia ainda ser "***moderna***" a técnica usada por ele, "*lembrando sem dúvida a feitura especialíssima de Diego Rivera*". Concluía, dizendo ser "*rico de estilizações decorativas [...] o novo e imponente edifício do Entreposto de Pesca do Rio de Janeiro.*"[34]

A imprensa nacional

Em 1937, depois de algumas tentativas frustradas de se construir a nova sede da Imprensa Nacional (Fig. 6), o ministro da Justiça, José Carlos de Macedo Soares, ordenou a abertura de concurso para a escolha do projeto, que seria construído no terreno de 120 m x 140 m da Avenida Rodrigues Alves. Dos 13 projetos inscritos no concurso, o de autoria do arquiteto Aníbal de Melo Pinto foi o vencedor, conquistando respectivamente o 2º e 3º lugares, Ernani de Vasconcelos e a dupla Jaziel de Cerqueira Luz e Gabriel de Queirós Vieira.[35]

O desenvolvimento e detalhamento do projeto, assim como a direção técnica e financeira da obra ficaram sob a responsabilidade da própria Divisão de Engenharia e Obras do Ministério da Justiça, e o cálculo estrutural, a cargo da firma Fragoso e Ness.[36]

Inaugurada, em 28 de dezembro de 1940, pelo Presidente Vargas, a nova sede da Imprensa Oficial ocupava, em planta, 11.876 m² dos 16.800 m² do terreno, e computava 29.960 m² de área total construída, da qual pouco mais de 15.500 m² correspondiam às oficinas. O edifício, cujas plantas abrigavam serviços de escala industrial, era conformado por duas alas de quatro andares (frontal e posterior) e duas de três andares (laterais), que encerravam o pátio central, atravessado por três blocos de serviços, postados lado a lado. A composição, com influências do Art Déco norte-americano, era assinalada pela torre escalonada de 43 m de altura, disposta coincidente ao eixo de simetria da fachada frontal, em cuja base ficava o acesso dos usuários, e no topo, os relógios.

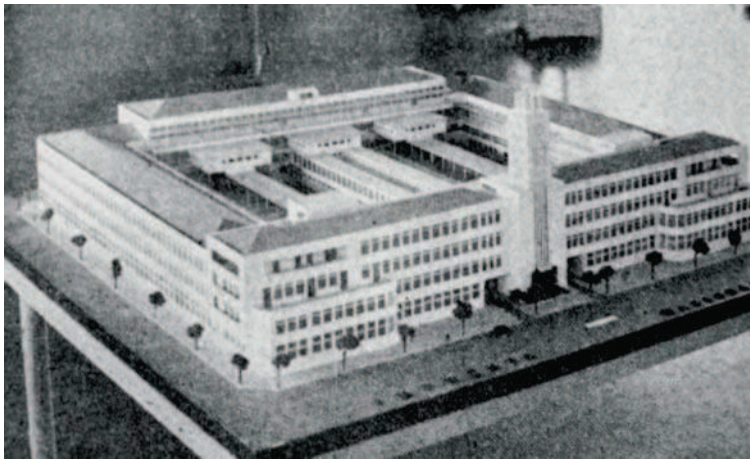

Figura 6: Maquete do edifício da Imprensa Nacional (atual sede da Superintendência da Polícia Federal do Rio de Janeiro). Fonte: *Revista do Serviço Público*, nov. 1944, p. 111.

A alfândega do rio de janeiro

Afeita a outros padrões de moderno, que não o corbusiano da sede do MES, a Diretoria de Domínio da União (DDU), do Ministério da Fazenda, adotava como critério para seus projetos "*evitar o moderno extremado por não ser próprio de edifício para repartições públicas*".[37]

Assim foram edificadas a Delegacia Fiscal de Santa Catarina e Alfândega de Florianópolis; a Alfândega de Uruguaiana, no Rio Grande do Sul; e a Mesa de Rendas Alfandegada de Porto Esperança, em Mato Grosso. Da mesma forma, a Alfândega do Rio de Janeiro (Fig. 7), a Delegacia Fiscal de Pernambuco e a Alfândega do Recife, mais a Delegacia Fiscal de Mato Grosso – estas duas de autoria do arquiteto Ernani de Vasconcelos (funcionário da pasta).[38] Os projetos das alfândegas do Rio de Janeiro e do Recife, assim como o projeto da Mesa de Rendas Alfandegada de Porto Feliz, de autoria da Divisão de Obras da DDU, foram aprovados diretamente por Getúlio Vargas.[39]

Por deliberação de Ulpiano de Barros, diretor da DDU, o projeto definitivo da Alfândega do Rio de Janeiro ficou a cargo do engenheiro Aristides Ferreira de Figueiredo e dos engenheiros-arquitetos José Affonso Soares e Edson Nicoll, ambos da Seção de Engenharia e Obras do Serviço Regional do órgão. Embora o projeto tenha sido concluído em setembro de 1938, o fato de os primeiros estudos terem sido iniciados em fins de 1934 garantiu sua não subordinação ao decreto de dezembro de 1935, de realização de concurso para "*edifício público de grandes proporções*".[40] O local naturalmente indicado para a construção da repartição aduaneira do Rio de Janeiro seria a região do cais do porto, em razão de lá se encontrarem instalados os armazéns alfandegários, tornando mais fáceis os serviços de conferência e fiscalização das mercadorias importadas e a guarda dos navios. Assim, decidiu-se por escolher os terrenos da quadra 11H da Avenida Rodrigues Alves, no trecho fronteiro ao armazém 1 (nos arredores da Praça Mauá), servida por linhas de bondes e ônibus, e próxima ao Centro.[41]

Em relação à solução de projeto para o programa que reunia os serviços de três repartições – alfândega, guardamoria e laboratório de análises -, optou-se por abrigá-las em edifícios independentes, postados lado a lado na quadra da Avenida Rodrigues Alves (fronteira ao armazém 1, no entorno da Praça Mauá). O edifício mais alto, ao centro, era destinado à Alfândega; o da direita, à Guardamoria; e o da esquerda, ao Laboratório de Análises – ambos idênticos e com quatro pavimentos. Antevendo-se novos

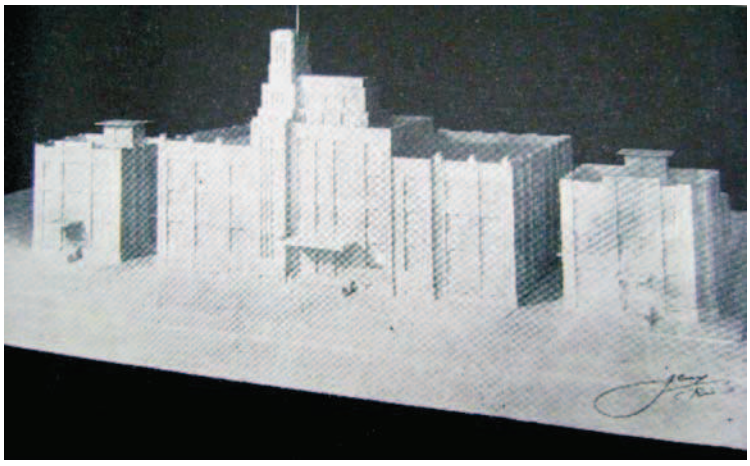

Figura 7: Maquete do conjunto de três edifícios que integravam a Alfândega do Rio de Janeiro (ao centro), vendo-se, à esquerda, o Laboratório de Análises e, à direita, a Guardamoria. Fonte: *Revista do Serviço Público*, abr.-mai. 1939, p. 109.

arranjos espaciais internos, foi adotada a estrutura independente, assente em fundações de estacas Franki. A área final da construção somava 10.642 m², sendo 7.778 m² da Alfândega, 1.530 m² da Guardamoria e 1.334 m² do Laboratório de Análises.[42]

De acordo com a matéria da RSP, a solução adotada se justificava por razões de ordem administrativa e técnica, em se tratando de repartições com horários diversos, sendo duas de funcionamento fixo (alfândega e laboratório) e uma de horários não regulares (guardamoria). As razões de ordem técnica tinham a ver com futuras expansões dos serviços afetos a cada uma das repartições, e com o equacionamento em níveis mais satisfatórios dos índices de iluminação e ventilação, evitando-se os pátios internos. A possibilidade de se ter, para os três edifícios, um sistema único de abastecimento de água, gás, água refrigerada para o sistema mecânico de ventilação, telefonia e relógios elétricos era vista como importante fator de economia. Assim também o fato de cada repartição contar com um pavimento térreo exclusivo para a instalação dos serviços de atendimento ao público, o que evitaria o vaivém dos elevadores, funcionários e transeuntes.[43]

Considerações finais

Enquanto "agente estrutural" da modernização do país, o Estado no período varguista (1930/45) caracterizou-se pelos crescentes intervencionismo e centralidade administrativa, sobretudo ao longo do regime estadonovista (pós-1937). Também foi o grande impulsionador das arquiteturas renovadoras com propósitos mais racionalistas, tendo-se em vista o vasto programa construtivo de edifícios públicos "modernos", para abrigar, no território nacional, os diferentes órgãos, serviços e programas federais.

Mediante a problemática edilícia daí originada e relacionada à "utilidade", "comodidade", "conforto", "finalidade", padronização de tipos arquitetônicos e "regionais", o Estado chancelou quais arquiteturas emergiriam como modernas e aptas também a simbolizar o "*imaginário estatal-nacional*"[44], forjador da cultura e identidade brasileiras.

Se moderna e exemplar deveria ser a arquitetura estatal varguista, ainda que em sua quase totalidade sob o manto de modernidades conservadoras (neocolonial, Art Déco e variações), certa era a existência de coerência e afinidade discursiva entre seus agentes (autoridades e projetistas) e meios divulgadores.

Provas disso nos dão algumas matérias da RSP versando os edifícios públicos, em que transparecem o pensamento e as preocupações arquitetônicas oficiais, ainda mais evidentes no discurso do ministro do Trabalho Alexandre Marcondes Filho. Proferido na inauguração da Exposição de Edifícios Públicos (1944) e dirigido a Vargas, não podia, por isso mesmo, deixar de creditar ao mecenato estatal os rumos da arquitetura brasileira.

> *[...] dotando os serviços públicos de instalações adequadas e perfeitas, em consonância com as exigências práticas, inerentes à organização modelar dos órgãos administrativos, V. Excia., [...], realiza, ao mesmo tempo, uma* ***obra de alto alcance para o desenvolvimento das nossas possibilidades***

***arquitetônicas**, proporcionando ao Brasil os estímulos necessários para criar a arquitetura afeiçoada à nossa realidade e concentrando a colaboração das nossas melhores vocações artísticas na tarefa do espaço administrativo, da eficiência funcional e do conforto público. Preside, assim, V. Excia., ao **renascimento da arquitetura oficial brasileira**, procurando e favorecendo a fixação dos nossos padrões representativos, **através do ecletismo das formas e da variedade das sugestões adaptadas ao nosso tempo transformativo e às peculiaridades do nosso clima**.*[45]

Notas

[1] Dentre os trabalhos, destacamos: BITTAR, William Seba Mallmann. Arquitetura no Estado Novo. In: GAZZANEO, Luis Manoel (Org.). *Da Baixa Pombalina a Brasília*: patrimônio e historicidade. Rio de Janeiro: UFRJ/FAU/PROARQ, 2010; BONDUKI, Nabil Georges. *Origens da habitação social no Brasil.* Arquitetura moderna, Lei do Inquilinato e difusão da casa própria. São Paulo: Estação Liberdade: FAPESP, 1998; CAVALCANTI, Lauro Pereira. *As preocupações do belo.* Rio de Janeiro: Taurus, 1995.; _____. *Moderno e brasileiro:* a história de uma nova linguagem na arquitetura (1930-1960). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006; CHÃO: Revista de Arquitetura, Rio de Janeiro: Tridimensional, n. 2, jun,/jul./ago. 1978; LISSOVSKY, Maurício; SÁ, Paulo Sérgio Moraes de. *Colunas da educação:* a construção do Ministério da Educação e Saúde (1935-1945). Rio de Janeiro: MINC/IPHAN; Fundação Getúlio Vargas/CPDOC, 1996; MARTINS, Carlos Alberto Ferreira. *Arquitetura e Estado no Brasil:* elementos para a investigação sobre a constituição do discurso moderno no Brasil: a obra de Lúcio Costa – 1924/52. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia, Letras, Ciências Sociais e História. Universidade de São Paulo, São Paulo, 1987; SEGAWA, Hugo. Arquitetura na Era Vargas: O avesso da unidade pretendida. In: Pessoa, José; Vasconcellos, Eduardo; Reis, Elisabete; Lobo, Maria (Orgs.). *Moderno e Nacional*. Niterói: EdUFF, 2006. Ver também: AMORA, Ana Maria Gadelha Albano. *O Nacional e o Moderno na arquitetura e saúde no Estado Novo nas cidades catarinenses.* Tese (Doutorado) - IPPUR/UFRJ, Rio de Janeiro, 2006; AL ASSAL, Marianna Boghosian Ramos. *Arquitetura, identidade nacional e projetos políticos na ditadura varguista* – as escolas práticas de agricultura do Estado de São Paulo. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – FAUUSP, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009; BOTAS, Nilce Cristina Aravecchia. *Entre o progresso técnico e a ordem política.* Arquitetura e urbanismo na ação habitacional do IAPI. Tese (Doutorado) - FAUUSP, São Paulo, 2010; REIS, Márcio Vinicius. *O Art Déco na Obra Getuliana.* Moderno antes do modernismo. Tese (Doutorado) - FAUUSP, São Paulo, 2014.

[2] Salvo exceções e até onde sabemos, assinalamos os de autoria de Lauro Cavalcanti (datados respectivamente de 1995 e 2006) e Hugo Segawa (2006), e mais recentemente a tese de doutorado do autor deste artigo.

[3] É por certo também uma alusão ao título provisório do "livro documentário" inacabado do ministro Gustavo Capanema, da Educação e Saúde (1934/45), organizado em comemoração ao primeiro decênio da administração Vargas, em 1940, já no regime estadonovista (1937/45). Nas palavras do ministro, a publicação seria de "elucidação e propaganda", por meio de amplo registro fotográfico e textos (nada eruditos), encomendados a intelectuais e figuras destacadas da administração pública. Não tendo sido terminado a tempo de ser lançado naquela ocasião do primeiro decênio e dos festejos dos quinze anos, o esboço de livro, com centenas de fotografias (muitas dos edifícios e obras públicas federais), assim se encontra até os dias de hoje (LACERDA, Aline Lopes de. A "Obra Getuliana" ou como as imagens comemoram o regime. *Revista Estudos Históricos*, v. 7, n. 14, p. 241-263, 1994. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/viewArticle/1982112>. Acesso em: 22 jan. 2012.

[4] Os ministérios civis, num total de sete, compreendiam o do Trabalho, Educação e Saúde Pública, Viação e Obras Públicas, Fazenda, Agricultura, Justiça e Negócios Interiores, e Relações Exteriores. Já os dois ministérios militares eram o da Guerra e o da Marinha.

[5] EDITORIAL. *Revista do Serviço Público*, Rio de Janeiro, ano 1, v. 1, n. 1, p. 3-5, nov. 1937.

[6] Os antagonismos arquitetônicos vistos nos episódios de construção das três primeiras sedes ministeriais (Educação e Saúde – Trabalho – Fazenda), e retratados por Cavalcanti, denotaram um Estado sem tanto poder de censura estética assim. Nessa ótica, ao focalizar a Exposição de Edifícios Públicos – em outras palavras, descrita pelo governo como a resposta ao problema edilício de suas repartições -, Segawa trouxe à baila o evento que mais claramente expôs a diversidade estilística caracterizadora da arquitetura oficial do período varguista.

[7] MARTINS, Carlos Alberto Ferreira. *Arquitetura e Estado no Brasil:* elementos para a investigação sobre a constituição do discurso moderno no Brasil: a obra de Lúcio Costa – 1924/52. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia, Letras, Ciências Sociais e História. Universidade de São Paulo, São Paulo, 1987.

[8] A VIAGEM do Sr. Luiz Simões Lopes aos Estados Unidos. Algumas impressões do Presidente do DASP sobre os serviços públicos norte-americanos. *Revista do Serviço Público*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1-2, p. 101-103, abr.-mai. 1939, [grifo nosso].

[9] Subordinado ainda ao MES, o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) foi reportado na revista, que também publicou o decreto de criação do Museu das Missões, em São Miguel, no município de Santo Ângelo (RS).

[10] MURGEL, Ângelo A. Arquitetura Rural. *Arquitetura e Urbanismo*, Rio de Janeiro, p. 607-611, set./out. 1939, p. 608.

[11] O NOVO edifício do Ministério da Educação e Saúde. *Revista do Serviço Público*, Rio de Janeiro, ano 2, v. 2, n. 1-2, p. 105-107, abr./mai.1939, p.106.

[12] O NOVO edifício do Ministério da Educação e Saúde. *Revista do Serviço Público*, Rio de Janeiro, ano 2, v. 2, n. 1-2, p. 105-107, abr.-mai.1939, p. 105.

[13] RIBEIRO, Adalberto Mário. O Palácio do Ministério da Educação e Saúde. *Revista do Serviço Público*, Rio de Janeiro, ano 8, v. 4, n. 2, p. 75-98, nov. 1945, p. 75-76, [grifo nosso].

[14] A AERONÁUTICA Civil no Brasil. Seus primórdios – desenvolvimento – aspecto atual. *Revista do Serviço Público*, Rio de Janeiro, ano 2, v. 1, n. 2-3, p. 77-104, fev./mar. 1939, p. 99.

[15] O PALÁCIO da Imprensa. Casa do Jornalista. *Revista do Serviço Público*, Rio de Janeiro, ano 1, v. 4, n. 2, p. 121-135, nov. 1938, p. 122.

[16] COSTA, Lúcio. Muita conversa, alguma arquitetura e um milagre. In: _____. *Lúcio Costa*: registro de uma vivência. São Paulo: Empresa das Artes, 1995, p. 167.

[17] O NOVO edifício do Ministério da Fazenda. *Revista do Serviço Público*, Rio de Janeiro, ano 1, v. 3, n. 1, p. 122-132, jul. 1938, p. 125, [grifo nosso].

[18] Cf. CAVALCANTI, Lauro Pereira. *As preocupações do belo*. Rio de Janeiro: Taurus, 1995; _____. *Moderno e brasileiro:* a história de uma nova linguagem na arquitetura (1930-1960). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

[19] O PALÁCIO do Trabalho. O majestoso edifício onde se acha instalado o Ministério do Trabalho. *Revista do Serviço Público*, Rio de Janeiro, ano 2, v. 1, n. 2-3, p. 69-76, fev./mar. 1939, p. 72.

[20] O NOVO edifício do Quartel General do Exército. *Revista do Serviço Público*, Rio de Janeiro, ano 1, v. 4, n. 2, p. 105-115, nov. 1938, p. 105-107, [grifo nosso].

[21] Ibid., p. 105, [grifo nosso]. A reboque do pretenso "estilo moderno norte-americano", o Ministério da Guerra construiu ainda, na cidade do Rio de Janeiro, a Escola de Educação Física do Exército, na Urca; Escola de Saúde do Exército, no Centro; e Escola do Estado-Maior, na Praia Vermelha.

[22] NEVES NETO, Christiano Stockler das. *Arquiteto Concreto*. São Paulo: Dialeto Latin American Documentary, 2008, p. 84.

[23] O NOVO edifício do Quartel General do Exército. *Revista do Serviço Público*, Rio de Janeiro, ano 1, v. 4, n. 2, p. 105-115, nov. 1938, p. 115.

[24] PALÁCIO Duque de Caxias. *Inventário de bens imóveis* – ficha sumária. Rio de Janeiro: Secretaria de Estado de Cultura e Esportes. Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (INEPAC). Departamento de Pesquisa e Documentação. Departamento de Patrimônio Cultural e Natural, p. 9-12, 1998, p. 9-10.

[25] Ibid., p. 9-10.

[26] KORNGOLD, Lucjan; PARIS, Haussmann. Rio de Janeiro e o Concurso do Itamarati. *ACRÓPOLE*, São Paulo, ano 6, n. 61, p. 450 445-460, mai. 1943, p. 450.

[27] RIBEIRO, Adalberto Mário. A nova Estação D. Pedro II. *Revista do Serviço Público*, Rio de Janeiro, ano 2, v. 3, n. 1-2, p. 69-72, jul./ago. 1939, p. 72.

[28] O ENTREPOSTO da Pesca do Rio de Janeiro. *Revista do Serviço Público*, Rio de Janeiro, ano 2, v. 1, n. 1, p. 56-61, jan. 1939, p. 58.

[29] CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento – antigo Entreposto Federal de Pesca. *Inventário de bens imóveis* – ficha sumária. Rio de Janeiro: Secretaria de Estado de Cultura e Esportes. Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (INEPAC). Departamento de Pesquisa e Documentação. Departamento de Patrimônio Cultural e Natural, p. 1-23, set. 2003, p. 18.

[30] Ibid., p. 18. O ENTREPOSTO da Pesca do Rio de Janeiro. *Revista do Serviço Público*, Rio de Janeiro, ano 2, v. 1, n. 1, p. 56-61, jan. 1939, p. 59.

[31] Ibid., p. 60.

[32] O ENTREPOSTO da Pesca do Rio de Janeiro, op. cit., p. 60.

[33] Ibid., p. 60-61, [grifo nosso].

[34] O ENTREPOSTO da Pesca do Rio de Janeiro. *Revista do Serviço Público*, Rio de Janeiro, ano 2, v. 1, n. 1, p. 56-61, jan. 1939, p. 60, [grifo nosso].

[35] Antes da definição da localização final da sede, o arquiteto Adolfo Morales de los Rios Filho havia elaborado, em 1928, um projeto em estilo "clássico" para um terreno da Esplanada do Castelo. Um segundo projeto, de autoria do engenheiro Henrique de Almeida Gomes, chegou a ser elaborado para ser construído pela firma E. Kemnitz, em terreno da Avenida Francisco Bicalho. No ano de instauração do concurso (1937), a própria Divisão de Obras do ministério havia elaborado também seu projeto. Em respeito ao previsto no artigo 5º do decreto n. 125, de 3 de dezembro de 1935 - a obrigatoriedade de concurso para "edifício público de grandes proporções" -, o ministro fez publicar o edital. Compunham o júri do concurso, João Felipe Pereira, do Clube de Engenharia; Raul Lessa Saldanha da Gama, da Escola Nacional de Belas Artes; Celso Kelly, da Associação Brasileira de Imprensa; Viterbo de Carvalho, diretor da Imprensa Nacional; e Luiz Hildebrando Horta Barbosa, representante do ministro da Justiça. (RIBEIRO, Adalberto Mário. A remodelação da Imprensa Nacional. *Revista do Serviço Público*, Rio de Janeiro, ano 4, v. 1, n. 2, p. 67-100, fev., 1941, p. 72.)

[36] Ibid., p. 74.

[37] O NOVO edifício da Alfândega do Rio de Janeiro. *Revista do Serviço Público*, Rio de Janeiro, ano 2, v. 2, n. 1-2, p. 108-111, abr./mai. 1939, p. 110.

[38] RIBEIRO, Adalberto Mário. A Exposição de edifícios públicos. *Revista do Serviço Público*, Rio de Janeiro, ano 7, v. 3, n. 3, p. 90-113, set. 1944, p. 110-112.

[39] RIBEIRO, Adalberto Mário. Edifícios públicos. *Revista do Serviço Público*, Rio de Janeiro, ano 7, v. 2, n. 3, p. 53-78, jun. 1944, p. 63.

[40] O NOVO edifício da Alfândega do Rio de Janeiro. *Revista do Serviço Público*, Rio de Janeiro, ano 2, v. 2, n. 1-2, p. 108-111, abr./mai. 1939, p. 108.

[41] Ibid., p. 108.

[42] Ibid., p. 108.

[43] Ibid., p. 109-110.

[44] GORELIK, Adrián. Nostalgia e Plano. O Estado como vanguarda. In: *Das vanguardas a Brasília. Cultura urbana e arquitetura na América Latina*. Trad. Maria Antonieta Pereira. Belo Horizonte: Editora UFMG, p. 15-56, 2005, p. 27 *et seq*.

[45] O SEXTO aniversário do Departamento Administrativo do Serviço Público. A Exposição de Edifícios Públicos. *Revista do Serviço Público*, Rio de Janeiro, ano 7, v. 3, n. 3, p. 175-179, set. 1944, p. 176 -178, [grifo nosso].

Referências

REVISTA DO SERVIÇO PÚBLICO

A AERONÁUTICA Civil no Brasil. Seus primórdios – desenvolvimento – aspecto atual. *Revista do Serviço Público*, Rio de Janeiro, ano 2, v. 1, n. 2-3, p. 77-104. fev./mar. 1939.

A VIAGEM do Sr. Luiz Simões Lopes aos Estados Unidos. Algumas impressões do presidente do Dasp sobre os serviços públicos norte-americanos. *Revista do Serviço Público*, Rio de Janeiro, ano 2, v. 2, n. 1-2, p. 101-103, abr./mai. 1939.

EDITORIAL. *Revista do Serviço Público*, Rio de Janeiro, ano 1, v. 1, n. 1, p. 3-5, nov. 1937.

O ENTREPOSTO da Pesca do Rio de Janeiro. *Revista do Serviço Público*, Rio de Janeiro, ano 2, v. 1, n. 1, p. 56-61, jan. 1939.

O NOVO edifício da Alfândega do Rio de Janeiro. *Revista do Serviço Público*, Rio de Janeiro, ano 2, v. 2, n. 1-2, p. 108-111, abr./mai, 1939.

O NOVO edifício do Ministério da Educação e Saúde. *Revista do Serviço Público*, Rio de Janeiro, ano 2, v. 2, n. 1-2, p. 105-107, abr./mai.1939.

O NOVO edifício do Ministério da Fazenda. *Revista do Serviço Público*, Rio de Janeiro, ano 1, v. 3, n. 1, p. 122-132, jul. 1938.

O NOVO edifício do Quartel General do Exército. *Revista do Serviço Público*, Rio de Janeiro, ano 1, v. 4, n. 2, p. 105-115, nov. 1938.

O PALÁCIO da Imprensa. Casa do Jornalista. *Revista do Serviço Público*, Rio de Janeiro, ano 1, v. 4, n. 2, p. 121-135, nov. 1938.

O PALÁCIO do Trabalho. O majestoso edifício onde se acha instalado o Ministério do Trabalho. *Revista do Serviço Público*, Rio de Janeiro, ano 2, v. 1, n. 2-3, p. 69-76.fev./mar. 1939.

O SEXTO aniversário do Departamento Administrativo do Serviço Público. A Exposição de Edifícios Públicos. *Revista do Serviço Público*, Rio de Janeiro, ano 7, v. 3, n. 3, p.175-179, set. 1944.

RIBEIRO, Adalberto Mário. A Exposição de edifícios públicos. *Revista do Serviço Público*, Rio de Janeiro, ano 7, v. 3, n. 3, p. 90-113, set. 1944.

RIBEIRO, Adalberto Mário. A nova Estação D. Pedro II. *Revista do Serviço Público*, Rio de Janeiro, ano 2, v. 3, n. 1-2, p. 69-72, jul./ago. 1939.

RIBEIRO, Adalberto Mário. A remodelação da Imprensa Nacional. *Revista do Serviço Público*, Rio de Janeiro, ano 4, v. 1, n. 2, p. 67-100, fev. 1941.

RIBEIRO, Adalberto Mário. Edifícios públicos. *Revista do Serviço Público*, Rio de Janeiro, ano 7, v. 2, n. 3, p. 53-78, jun. 1944.

RIBEIRO, Adalberto Mário. O Palácio do Ministério da Educação e Saúde. *Revista do Serviço Público*, Rio de Janeiro, ano 8, v. 4, n. 2, p. 75-98, nov. 1945.

LIVROS, REVISTAS, DISSERTAÇÕES, TEXTOS E FICHAS DE INVENTÁRIO

CAVALCANTI, Lauro Pereira. *As preocupações do belo*. Rio de Janeiro: Taurus, 1995. 222 p.

CAVALCANTI, Lauro Pereira. *Moderno e brasileiro:* a história de uma nova linguagem na arquitetura (1930-1960). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006. 247 p.

CHÃO: Revista de Arquitetura, Rio de Janeiro: Tridimensional, n. 2, jun./jul./ago. 1978.

CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento – antigo Entreposto Federal de Pesca. *Inventário de bens imóveis* – ficha sumária. Rio de Janeiro: Secretaria de Estado de Cultura e Esportes. Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (INEPAC). Departamento de Pesquisa e Documentação. Departamento de Patrimônio Cultural e Natural, set. 2003. p. 1-23.

COSTA, Lúcio. Muita conversa, alguma arquitetura e um milagre. In: _____. *Lúcio Costa*: registro de uma vivência. São Paulo: Empresa das Artes, 1995. 608 p.

GORELIK, Adrían. Nostalgia e plano. O Estado como vanguarda. In: *Das vanguardas a Brasília*: cultura urbana e arquitetura na América Latina. Tradução Maria Antonieta Pereira. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005. 190 p.

KORNGOLD, Lucjan; PARIS, Haussmann. Rio de Janeiro e o Concurso do Itamarati. *ACRÓPOLE*, São Paulo, ano 6, n. 61, p. 445-460, mai. 1943.

LACERDA, Aline Lopes de. A "Obra Getuliana" ou como as imagens comemoram o regime. *Revista Estudos Históricos*, v. 7, n. 14, p. 241-263, 1994. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/viewArticle/1982112>. Acesso em: 22 jan. 2012.

MARTINS, Carlos Alberto Ferreira. *Arquitetura e Estado no Brasil:* elementos para a investigação sobre a constituição do discurso moderno no Brasil: a obra de Lúcio Costa – 1924/52. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia, Letras, Ciências Sociais e História, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1987.

MURGEL, Ângelo A. Arquitetura rural. *Arquitetura e Urbanismo*, Rio de Janeiro, p. 607-611, set./out. 1939.

NEVES NETO, Christiano Stockler das. *Arquiteto concreto*. São Paulo: Dialeto Latin American Documentary, 2008, 113 p.

PALÁCIO Duque de Caxias. *Inventário de bens imóveis* – ficha sumária. Rio de Janeiro: Secretaria de Estado de Cultura e Esportes. Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (INEPAC). Departamento de Pesquisa e Documentação. Departamento de Patrimônio Cultural e Natural, p. 9-12, 1998.

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO / SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO. Guia da Arquitetura Art Déco no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Editora Index, 1997. 161 p.

SEGAWA, Hugo. Arquitetura na Era Vargas: o avesso da unidade pretendida. In: PESSOA, José; VASCONCELLOS, Eduardo; REIS, Elisabete; LOBO; Maria (Orgs.). *Moderno e nacional*. Niterói: EdUFF, 2006. 222 p.

Nota do Editor
Data de submissão: Fevereiro 2014
Aprovação: Agosto 2014

Márcio Vinicius Reis
Arquiteto, docente e pesquisador do Observatório de Arquitectura Latinoamericana Contemporánea (OALC), é mestre pelo Instituto de Pesquisas Tecnológicas de São Paulo (IPT), doutor pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP, com a tese *O Art Déco na "Obra Getuliana". Moderno antes do Modernismo*.
Rua Passo da Pátria, 1151, ap. 61-B
05085-000 – São Paulo, SP
marciovreis@gmail.com